

Conversão da dívida externa a indignação dos empresários.

Os empresários estão indignados. Nenhum deles concorda com o projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que proíbe a conversão total ou parcial da dívida externa em capital de risco. "Isso é uma bomba. Um enorme crime de lesa-pátria", reagiu ontem o presidente da Fiesp, Mário Amato. "É uma das coisas mais burras que já vi nos últimos tempos", concordou o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo. E o presidente da Brasilpar, Roberto Teixeira da Costa, emendou: "É mais uma das perplexidades que nos têm assolado".

O deputado Paulo Ramos, porém, apresenta justificativas para seu projeto que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco. "Isso só interessaria aos credores internacionais, que querem a desnacionalização da nossa economia", disse. "Com a conversão, os credores internacionais transformariam parte de seus créditos em ações de empresas brasileiras e, para isso, selecionariam setores específicos, naturalmente os mais rentáveis".

Mas os empresários não se convencem e pretendem lutar para que o projeto não seja aprovado pela Constituinte — "o que seria uma loucura", observou Roberto Teixeira da Costa. "A conversão da dívida seria uma forma de atrair novos investimentos, viabilizar projetos e criar novos empregos. Fechar essa porta é uma atitude impatriótica".

Estatais

O próprio ministro Bresser Pereira, da Fazenda, não acredita que o plenário da Constituinte aprove o projeto do deputado. Brêsser, segundo esclareceu ontem seu assessor de imprensa, Francisco Baker, considera possível a conversão anual de um a dois bilhões de dólares dos juros da dívida em investimentos estrangeiros no Brasil. E é justamente essa uma das propostas que está em estudo no Ministério, para discussão com os credores. Se a Constituinte aprovar o projeto, esses estudos terão de ser arquivados e a conversão da dívida em investimentos deixa de ser uma hipótese viável.

A Ordem dos Economistas de São Paulo está de acordo com os empresários.

E, além disso, propõe a renegociação plurianual da dívida total, incluindo este ano: **spread** tendendo a zero; incentivo à volta dos bancos brasileiros do Exterior para casa; manutenção das linhas de curto prazo; criação de um mercado secundário de títulos da dívida externa (bônus) e a saída dos pequenos bancos credores, eventualmente com o pagamento em bônus.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes também apresentou uma proposta ao ministro Bresser: pagamento da dívida externa com ações de empresas estatais. Todas essas propostas estão em estudos. A Ordem dos Economistas, contudo, só é favorável à conversão da dívida em capital de risco sob condições: limitação da participação a 49% das ações ordinárias, para evitar que as empresas estrangeiras assumam o controle acionário.